



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00001849/2023-51

**Assunto:** Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

**UNIDADE:** Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso a todos os memorandos elaborados pelo Diretor da ETEC de Ibaté, no período de junho/2018 à junho/2023. Pedido não atendido. Provimento Parcial condicionado à preservação de dados pessoais.

**DECISÃO CGE CODUSP/LAI Nº 00322/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso a autarquia demandada negou acesso à informação, indicando como fundamento no artigo 13, incisos II e III do Decreto federal nº 7724 de 16 maio de 2012, que dispõe: não serão atendidos pedidos que tenham caráter genérico, desproporcional e desarrazoado. Isso se deve ao fato de o pedido abranger um longo período, e assim comprometeria a realização das atividades rotineiras, em razão da necessidade de produção e tratamento de dados. Insatisfeita, a cidadã apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Primeiramente, cumpre lembrar que o dever informacional do ente público não se exaure com a mera alegação de que o atendimento pleno da demanda exigiria tratamento de dados e trabalho adicional. Ainda que as informações pretendidas não estejam disponíveis nos moldes solicitados, persiste a obrigação subsidiária de conceder acesso à informação primária, entendida como aquela coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações, conforme definição do artigo 4º, inciso IX, da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.
4. A necessidade de trabalhos adicionais para a produção do dado precisa ser demonstrada e deve se pautar pelo princípio da razoabilidade, expondo-se as concretas circunstâncias que inviabilizem ou prejudiquem a rotina administrativa. Nesse sentido, a fundamentação de negativa de acesso com base em tal exceção à regra geral não pode ocorrer de forma automática, sendo necessária a

demonstração da onerosidade excessiva e evidente desproporcionalidade do pedido, a ponto de acarretar prejuízos às atividades desempenhadas regularmente pelo órgão ou entidade.

5. Instada a se manifestar o Centro Paula Souza prestou as seguintes informações: 1º Solicitou dilação de prazo para resposta; 2ª Consultou a Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo- CADA, que reiterou o posicionamento anterior;
6. Após a recorrida ser questionada por esta Coordenadoria de Ouvidoria sobre o esforço homem/hora e o tempo necessário para o atendimento integral da demanda da requerente esclareceu: *“Cabe destacar que neste momento, em decorrência do quadro reduzido de servidores na unidade ensino, e a grande demanda de trabalhos estabelecendo prazos para atendimento, até mesmo pela instituição estar retomando suas atividades após extenso período de paralisação e o trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados, informamos que os mesmos poderão ser disponíveis em dois formatos “cópia ou digitalização” após pagamento de DARE-SP da opção escolhida.”*
7. Esta Coordenadoria realizou a última interlocução com a Pasta, a fim de concluir a instrução do recurso, solicitou que respondesse as seguintes questões. Em efeito, foram obtidas as seguintes respostas: a) Considerando que o atendimento a pedidos de acesso à informação é, por regra, gratuito, existe versão digital dos documentos solicitados que dispense a necessidade de reprodução com custos? - Resposta: **Para atender ao requerente, podemos agendar uma data para a visualização dos documentos e selecionar o memorando que consideramos necessário. Após a seleção dos documentos, se eles não necessitarem de consentimento, liberamos para que sejam fotografados com o seu próprio aparelho. No entanto, caso um documento exija consentimento, geramos uma lista, solicitamos a aprovação dos interessados e disponibilizamos no SIC e/ou no e-mail do requerente.** b) Os custos de reprodução informados referem-se exclusivamente ao valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, nos termos do § 1º do artigo 12 da Lei 12.527/2011? - Resposta: **Sim!**
8. Das interlocuções realizadas, a autarquia relata que há partes de documentos que contém informações pessoais, não sendo adequada a alternativa de consulta presencial, uma vez que para selecionar os documentos de seu interesse o requerente teria conhecimento de informações protegidas de terceiros. Todavia, a existência de informações pessoais, por si só, não exaure a responsabilidade informacional do ente público, sendo necessário verificar a possibilidade de fornecer as informações solicitadas nos termos do § 2º do artigo 7º da Lei federal 12. 527/2011, que dispõe o que segue:
9. 

§ 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
10. Ademais, a aplicação do § 2º do artigo 7º da LAI afasta a necessidade de assinatura de termo de responsabilidade ou de consentimento de titulares de dados pessoais, uma vez que tais informações estariam ocultadas nos documentos disponibilizados.
11. De outro turno, considerando a resposta à questão "b", transcrita no parágrafo 7 desta decisão, observa-se a incidência do disposto no § 1º do artigo 12 da LAI, que consigna que o órgão ou entidade poderá cobrar "exclusivamente" o valor necessário ao ressarcimento dos custos quando for exigida a reprodução de documentos, o que é o caso do presente recurso, por se tratar de um conjunto significativo de documentos físicos que necessitam ser reproduzidos, estando isento aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.
12. Diante do exposto, constatada a falta de atendimento ao pedido sem a adequada justificativa para a negativa de acesso, **conheço e dou parcial provimento ao recurso**, com fundamento no artigo 20, incisos I, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º do mesmo artigo, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e no aludido Decreto, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.

13. Com efeito, o órgão deverá disponibilizar, **no prazo de 10 (dez) dias**, após o recolhimento dos valores para reprodução ou apresentação pelo requerente da declaração prevista na Lei nº 7.115/1983, os memorandos solicitados, tarjando apenas as informações protegidas por hipótese legal de sigilo ou pessoais que possam desrespeitar a intimidade, vida privada, honra e imagem de pessoas, bem como liberdades e garantir as individuais, nos termos dos artigos 22 e 31 da Lei nº 12.527/2011, respectivamente.
1. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados.

São Paulo, 25 de setembro de 2023.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 25/09/2023, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

